

---

## Feminicídio em relatos de um movimento social: representação, fenômeno midiático e metanarrativa<sup>1</sup>

Raisa Cristine Rodrigues de ARAÚJO<sup>2</sup>  
Denise Cristina Salomão CORRÊA<sup>3</sup>  
Sérgio do Espírito Santo FERREIRA JUNIOR<sup>4</sup>  
Alda Cristina COSTA<sup>5</sup>  
Universidade Federal do Pará, Belém, PA

### Resumo

Este artigo apresenta um estudo sobre os relatos de feminicídio nos banners da ONG Movimento pela Vida, que atua em Belém do Pará com a intenção de expor e discutir os homicídios e os processos judiciais ocorridos na cidade. O recorte desta pesquisa objetiva discutir o banner do Movimento como uma representação da sociedade, a partir de Becker, e como fenômeno midiático, a partir de Verón, assim como detectar o pano de fundo simbólico que permite o arranjo dos relatos como narrativas, partindo do conceito de metanarrativa em Motta. Os dados coletados são de banner do Movimento produzido em 2010. Ao final, apontamos que as narrativas do banner apontam para o feminicídio como ocorrência, assim como para o domínio simbólico das relações de dominação entre homens e mulheres.

**Palavras-chave:** Movida; feminicídio; representação da sociedade; fenômeno midiático; narrativas.

### Introdução

O cenário da violência de gênero é um âmbito de tensões que perpassa conflitos e tentativas de desestabilização de uma compreensão única e monolítica, que desancore a violência contra a mulher de dinâmicas socioculturais que a produzem. Por isso gênero merece destaque assim como as violências específicas que emergem em torno dele, tanto de caráter simbólico quanto físico, sobretudo porque agressão e a violência de potencial destrutivo é sempre tributária de aspectos simbólicos.

Considerando isso, realizamos aqui um empreendimento de análise do banner da ONG paraense Movimento pela Vida (Movida), pensando as dinâmicas de narração do fenômeno da vitimização por meio de um “fenômeno midiático” (VERÓN, 2014). Tal fenômeno emerge na figura dos banners do Movimento, que trazem relatos de

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no IJ 6 – Interfaces Comunicacionais do XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte, realizado de 24 a 26 de maio de 2017.

<sup>2</sup> Estudante de Graduação 5º. semestre do Curso Comunicação Social – Jornalismo da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal do Pará (Facom/UFPA), email: [raisaaaraujo@gmail.com](mailto:raisaaaraujo@gmail.com)

<sup>3</sup> Estudante de Graduação 7º. semestre do Curso Comunicação Social – Jornalismo da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal do Pará (Facom/UFPA), email: [denisessalomao@gmail.com](mailto:denisessalomao@gmail.com)

<sup>4</sup> Orientador do trabalho: Mestrando do Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPGCom/UFPA), email: [esferreira.sergio@gmail.com](mailto:esferreira.sergio@gmail.com).

<sup>5</sup> Orientadora do trabalho: Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará, professora do Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCom/UFPA), email: [aldacristinacosta@gmail.com](mailto:aldacristinacosta@gmail.com).

homicídios ocorridos em Belém, que é parte de uma performance sociocultural, mas também de um esforço de visibilização dos casos pela sua rememoração narrativa. Por isso, procederemos nesta pesquisa, especificamente, a análise de como se constitui a narrativa do feminicídio nos relatos do Movida. Aspectos similares ao que pretendemos abordar aqui foram estudados em outros trabalhos sobre essa performance do Movimento. Como Ferreira Junior e Costa (2016), que buscaram entender os banners como mapas sobre a produção de subjetividade em torno da experiência da vitimização pela violência urbana; ou ainda Mesquita e Ferreira Junior (2016), que abordaram a tensão entre as tipificações do feminino e o relato afetivo sobre um caso específico de feminicídio.

Nossa contribuição para o debate está na possibilidade de destacar que os banners também são aspectos da constituição do Movimento, que se interceptam com a dimensão significativa das narrativas que produzem a fim de destacar, dentre outras, a problemática da violência contra a mulher. É algo relevante se pensarmos que o Movida é composto, sobretudo, por mulheres, cuja agência se perfaz nas relações de solidariedade, que as confronta também com o feminicídio enquanto uma “violência que afeta existências individuais, pessoais e coletivas” (WIEVIORKA, 2011, p. 48). Porque afeta, convida à ação e à narração.

Assim, a base de nossa análise serão os relatos presentes em um dos banners do Movida, produzido em 2010, no qual estão expostos 52 casos de homicídios na cidade de Belém. Dentre esses, há 34 relatos que trazem os detalhamentos dos crimes, – se por arma branca ou de fogo, se crime causado por acidente de trânsito, bala perdida de policial militar, assalto, acerto de contas, questões de conflito agrário ou feminicídio<sup>6</sup>. Além disso, o banner também traz o detalhamento do que aconteceu posteriormente com o assassino – se foi preso, quanto tempo ficou preso, se está foragido ou se se suicidou.

Dentre esses 34 casos, observamos ainda que 14 mulheres foram vítimas desses crimes contra a vida. Dentre essas 14 mulheres, 8 foram vítimas de feminicídio, crimes

---

<sup>6</sup> É importante ressaltar que os casos que identificamos como feminicídio não o são no banner do Movimento; sobretudo, porque a tipificação de feminicídio como crime só passou a ocorrer a partir de 2015, com a Lei nº 13.104/2015, na qual feminicídio é identificado como um dos crimes contra a vida, especificamente “contra a mulher por razões da condição de sexo feminino”, em que “considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve: I - violência doméstica e familiar; II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher” (BRASIL, 2015). É essa dimensão da violência doméstica/familiar e a violência contra o estatuto da mulher, enfatizada pelo Movida, que nos leva a trabalhar com a categoria do feminicídio.

que foram cometidos por maridos, namorados, companheiros ou por homens que atraíram as vítimas, estupraram-nas e depois as mataram violentamente.

### **O Movimento pela Vida e a configuração de representações da sociedade**

O Movida, grupo criado em 2007, é coordenado por Iranildes Russo, mãe de Gustavo Russo, que foi assassinado por policiais em uma perseguição, depois de Gustavo ter sido assaltado e feito de refém. O grupo se tornou ONG em 2010 e segundo Ferreira Junior e Costa (2016) “atua em Belém, capital do estado do Pará, junto, sobretudo, aos familiares de vítimas de ocorrências letais de violência urbana, oferecendo orientações jurídicas, acompanhando e cobrando informações relativas aos processos, no âmbito do poder judiciário local” (FERREIRA JUNIOR; COSTA, 2016, p. 8).

O Movida se caracteriza nesta pesquisa como um produtor de representações da sociedade, especificamente, no que tange à violência e ao seu potencial de afetação. Para Becker (2009, p. 17) “representação da sociedade é algo que alguém nos conta sobre algum aspecto da vida social”. Dessa forma, produzindo tais representações, o movimento discute os casos de homicídios que ocorreram na cidade de Belém e expõe para a sociedade como estes crimes estão sendo tratados pela justiça, ou seja, descreve “situações lugares e época que não conhecemos em primeira mão, mas sobre os quais gostaríamos de saber”. E gostaríamos de saber, porque assim “podemos fazer planos mais complexos e reagir de uma maneira mais complexa às nossas situações de vida imediatas” (Becker 2009 p. 17).

Desde 2016, o Movida realiza reuniões mensais na Praça da República, no centro de Belém, sempre no último domingo de cada mês. Essas reuniões ocorrem com os familiares das vítimas que participam do projeto “com o objetivo de relembrar e demarcar uma posição de cobrança dos organismos da sociedade”. (FERREIRA JUNIOR; COSTA, 2016, p. 9). Os perfis das vítimas cadastradas na ONG variam, segundo estudo realizado por Ferreira Junior e Costa (2016), havendo entre estudantes universitários, donas de casa, empresários, trabalhadores autônomos, crianças, entre outros; e os crimes cometidos geralmente estão ligados a homicídios, latrocínios, violência doméstica e violência policial.

Dessa forma, os casos que chegam ao Movimento são transformados em inventários, juntamente com o andamento dos processos judiciais que os acompanham.

Parte do inventário, inscrito em um banner criado em 2010, configurou a ilustração dos banners usados pelo Movimento para expor justamente estes casos e como andam seus processos judiciais, sendo importante também ressaltar que os banners são expostos durante as reuniões do grupo ao ar livre e nas passeatas que o grupo realiza. Ao analisar o banner de 2010, observamos que 57% das mulheres foram vítimas de feminicídio, estando 95% dos homicídios masculinos ligados a motivos diversos, como assaltos, bala perdida, acerto de contas e acidentes de trânsito.

Desta forma, dentro da representação da sociedade produzida pela ONG Movida, encontramos um possível recorte de pesquisa, que emerge depois de analisarmos os dados deste banner minunciosamente. Concordamos, assim, com Becker (2009, p.30), ao afirmar que “a forma e o conteúdo das representações variam porque as organizações sociais variam”. Desse modo, para além de um grupo organizado que busca respostas para os homicídios cometidos em Belém, o Movida se caracteriza como uma organização que busca projetar representações que expõem e discutem o feminicídio.

Becker afirma ainda que as “organizações sociais moldam não apenas o que é feito, mas também o que os usuários querem que as representações façam, que trabalho consideram necessário [...] e que padrões usarão para julgá-lo”. (Becker, 2009, p.30). Dessa forma, podemos tomar como complementar as definições construídas no âmbito da ação política. Tomemos a definição apresentada pelo Instituto Patrícia Galvão, por meio de Nadine Gasman, representante da ONU Mulheres no Brasil, que defende que “o primeiro passo para enfrentar o feminicídio é falar sobre ele”. De acordo com o Instituto, no *Dossiê violência contra as mulheres*, é possível caracterizar o feminicídio como

Assassinato de uma mulher pela condição de ser mulher. Suas motivações mais usuais são o ódio, o desprezo ou o sentimento de perda do controle e da propriedade sobre as mulheres, comuns em sociedades marcadas pela associação de papéis discriminatórios ao feminino, como é o caso brasileiro. [...] Trata-se de um problema global, que se apresenta com poucas variações em diferentes sociedades e culturas e se caracteriza como crime de gênero ao carregar traços como ódio, que exige a destruição da vítima, e também pode ser combinado com as práticas da violência sexual, tortura e/ou mutilação da vítima antes ou depois do assassinato. (INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2015).

Tomemos também a perspectiva de Escoteguy (2008), que a partir de dimensão das acepções teóricas, fala sobre a definição de gênero, inferindo que se trata de um

---

entendimento assumido [que] diz respeito a um construto social, distanciado, portanto, de um determinismo biológico. Investido de significado social, implica na existência de valores, regras, posturas, obrigações e deveres que expressam o que é ser homem ou ser mulher numa dada cultura ou sociedade (2008, p. 6).

Essas definições do Instituto a respeito do feminicídio e de Escoteguy sobre gênero nos ajudam a fazer um contraponto e complexificar o olhar sobre o Movida. Assim, à pergunta sobre a relevância de falar do feminicídio em relação a um movimento que não usa o termo diretamente, responde-se que, ainda não problematize a violência de gênero nos termos requeridos por uma militância que apregoa o uso de terminologias estritas, o Movida dá destaque à violência sofrida pelas mulheres vitimadas, dá destaque às relações dentro das quais a violência era perpetrada, dá destaque aos sujeitos masculinos que imprimiam sua força de dominação e de destruição sobre a mulher.

Desse modo, ainda que um sentido forte de militância flagrantemente feminista não esteja presente na organização Movida, a preocupação com a violência de gênero emerge como algo do domínio dos atravessamentos e da experiência, que se inscreve nos artefatos e nas narrativas, nas representações da sociedade, que ele elabora. Ocorre mesmo como uma forma de desentranhar o fenômeno do feminicídio de uma naturalização, enfatizando a representação como um modo reagir a essa normalização das mortes de mulheres.

### **Banner enquanto fenômeno midiático**

Por isso, referimo-nos ao fenômeno midiático como conceito, que é algo complementar às nossas considerações a respeito do relato sobre a sociedade em Becker, à medida que pensamos o processo mesmo de midiaticização de que o banner participa, já que há uma dimensão de um conhecimento que se produz, mas também de práticas adjacentes que são especialmente relevantes quando pensamos o banner e os relatos sobre feminicídios a partir do domínio desse fenômeno. A ideia é que o banner atua como uma mídia, algo que já foi sinalizado anteriormente (FERREIRA JUNIOR; COSTA, 2016; MESQUITA; FERREIRA JUNIOR, 2016), mas que resulta especialmente relevante para nós, à medida que verificamos haver essa intersecção entre o domínio da agência do feminino e a narração do feminicídio dentro do Movida.

Partindo da concepção de Verón (2014), percebemos que ancora o lugar do midiático no processo comunicacional. Na sua perspectiva, é possível dizer que a

mediatização se constitui a partir do fenômeno de simbolização, quando os objetos adquirem sentidos, quando a eles adere uma dimensão de significado. Pensada do ponto de vista das relações que se estabelecem por meio de mídias e as maneiras pelas quais processos sociais de ação e de significação se realizam, a mediatização, sobretudo em Verón, reconhece a aderência de um certo carácter midiático às nossas relações quer no âmbito da vida cotidiana, das instituições sociais ou da cultura. A mediatização não é ela mesma um sinônimo para comunicação midiática nem para comunicação. A mediatização, antes, fala das relações entre mídias e sociedade, descrevendo uma condição social da vida contemporânea na qual as mídias são integradas às nossas formas de ver, de estar e de experimentar o mundo, seus sujeitos e a nós mesmos.

Verón (2014), para inferir sobre esse fenômeno delinea uma visão “semionropológica”, cujo escopo é pensar a mediatização a partir dos processos de semiose e também das práticas socioculturais, confluência que se reflete em como essa semiose social redundando nas questões tecnológicas e comunicacionais com as quais nos deparamos. Para ele, essa mediatização refere-se à emergência e ao recrudescimento da presença das mídias – do que se convencionou midiático, como cinema, jornalismo, redes de comunicação, etc. – na vida social. Mas não somente. Ele a situa em um processo de longo termo, um processo pelo qual começamos a significar o mundo, ao nosso redor, marcadamente por meio de objetos e processos de simbolização.

Mediatização certamente não é um processo universal que caracteriza todas as sociedades humanas, passadas e presentes, mas é, contudo, um resultado operacional de uma dimensão fundamental de nossa espécie biológica, nomeadamente a sua capacidade de semiose. Essa capacidade foi progressivamente ativada, por diferentes razões, em uma variedade de contextos históricos e tem, portanto, tomado muitas formas. Mas algumas de suas consequências estavam presentes em nossa história evolucionária desde o início e afetaram a organização social das sociedades ocidentais muito antes da modernidade (VERÓN, 2014, p. 14)

Por essa razão, o autor estabelece como forma de compreender essa mediatização o conceito de “fenômeno midiático”, definido como o produto das nossas capacidades semióticas e “exteriorização de processos mentais sob a forma de dispositivos materiais” (Verón, 2014 p. 14). Esse “fenômeno midiático de exteriorização de processos mentais” (2014, p. 15), assim, redundando em uma tríplice consequência: a autonomia dos signos exteriorizados, tanto dos emissores quanto dos receptores; a persistência desses signos materializados no tempo, com alterações das

relações entre espaço e tempo; e, o “corpo de normas sociais” definidor dos modos de acesso a esses signos autônomos e materializados. Assim, configuram-se as condições para a emergência dos fenômenos, assim como formas de uso institucionalizadas nas sociedades humanas que, em um tempo e espaço determinados, se dão em torno de um dispositivo comunicacional, a um meio (ou *medium*).

Essa dimensão do fenômeno midiático é relevante para nós, porque desloca a ideia de mídia como produtora de mensagem que atinge um receptor, apresentando-a como um dispositivo comunicacional em torno do qual se estabelecem relações, mas que também participa de um processo de mediação, sobretudo, por conta da ênfase veroniana em uma semiose. Mesmo dentro os teóricos da midiatização, essa perspectiva é peculiar, pois une a dimensão simbólica com aquela das técnicas e tecnologias, em um conceito amplo. Uma preocupação que, por exemplo, podemos também identificar em Silverstone (2014), ainda que se refira a um conceito mais normativo de mídia. Para ele, ao nos depararmos com a mídia, que participa de um processo de textura reflexiva do vivido, por mediação enquanto processos de tradução e poética narrativa, é preciso estarmos atento à “necessidade de focar no movimento dos significados através dos limiares da representação e da experiência” (SILVERSTONE, 2014, p. 43).

Se voltarmos ao banner, a conjunção desses aspectos que definem um fenômeno midiático, já que se trata de um meio que, porque serve a uma ação simbólica e performática do movimento, requer um arranjo narrativo que incrusta o simbólico, ao mesmo tempo em que o concretiza no relato da violência sofrida pelas mulheres. Trabalhos anteriores, definem esses relatos/fenômenos midiático, inferindo que “o banner se apresenta a nós como mapa, cujas trajetórias devemos interpretar, traduzir, pôr em contexto, divisar a partir das multiplicidades que o tecem e o vinculam a um problema social e a uma dimensão afetiva” (MESQUITA; FERREIRA JUNIOR, 2016, p. 6), à medida que eles se constituem como “objetos imagéticos que nos contam histórias, narram a multiplicidade e a heterogeneidade que fazem parte dessa vitimização, ao mesmo tempo em que demarcam o lugar e os afetos dos sujeitos que se veem como marcados e transformados por essa experiência” (FERREIRA JUNIOR; COSTA, 2016, p. 6).

Se pensarmos novamente que a própria constituição do Movidá se dá em torno da experiência da vitimização que, como diz-nos Wieviorka (2006, p. 219), transforma nos sujeitos afetados a “capacidade de construir sua existência”, veremos no processo

de narrar os casos de feminicídio uma outra camada de afetação, que convoca à empatia, à medida que o Movimento é composto, sobretudo, por mulheres. É a experiência da violência, mediada ou não no âmbito do Movidá, mas que nas projeções das narrativas do banner instaura ainda uma maior significação ao que identificamos como feminicídio, pois a ação do Movimento passa também a problematizar a ocorrência desses crimes de proximidade e a evidenciá-los, tornando visível o que, por exemplo, nos discursos institucionais e narrativas da mídia é invisível. Tal visibilidade só se faz possível por conta da dimensão significativa do fenômeno midiático, que nos leva, assim, à construção das narrativas no banner.

### O narrar do feminicídio

Como já mencionado acima, ao analisarmos o banner observamos que 57% das mulheres foram vítimas de feminicídio, sendo 95% dos homicídios masculinos ligados a motivos diversos, como assaltos, bala perdida, acerto de contas e acidentes de trânsito. Ou seja, de 14 mulheres expostas no banner do Movidá em 2010 (Figura 1), 8 foram assassinadas por seus namorados, maridos, ex-companheiros ou homens que tinham a intenção de estuprar e depois matar a vítima; as demais foram vítimas de acidentes de carro, bala perdida e conflito agrário.

**Figura 1** - Número de relatos de crimes contra a vida (homicídio e feminicídio) no Banner do Movidá



Fonte: MOVIDA, 2010

Situamo-nos aqui na passagem do fenômeno midiático para pensar a incrustação ou o arranjo da representação da sociedade em uma forma narrativa. É o processo

mesmo em que nos deparamos com um relato e com uma forma simbólica. De acordo com Motta (2013), as narrativas como objeto que realizam uma performance cultural podem ser oriundas de diversos âmbitos, como a mídia, a vida cotidiana, a ação institucional, etc. Insta-nos a pensá-las como uma modalidade de ação simbólica com fins de organizar experiência cultural em contexto, a partir de elementos que se tornam presentes na constituição lógica das narrativas, como as estratégias de que se lança mão para narrar, o pano de fundo cultural dessas narrativas e o processo de potencial interação ensejado por elas na sua relação com a sociedade.

É mesmo Motta (2013, p.123) quem ressalta a necessidade de se realizar um “exame metucioso de cada detalhe do objeto leva a uma outra coisa e, assim, vai se formando um fundo constituído de camadas sucessivas de interpretações que modificam (em termos de seu significado) o próprio objeto observado”. É por meio dessa observação que nos atentamos às minúcias do artefato narrativo e aos sentidos mediados por ele. Este exame metucioso nos levou, primeiramente aos números acima destacados, que embora não ultrapassem a quantidade de homicídios masculinos, ainda sim nos chamam a atenção pela sua forma de repetição em um pequeno grupo feminino.

Isso nos levou, posteriormente, a focalizar os aspectos dos relatos nessas narrativas sobre as mulheres assassinadas, visto que não são elementos desancorados de relevância, mas são o que o Movimento escolhe destacar para falar especificamente desse casos, são elementos que visam condicionar potenciais relações que se podem estabelecer por meio do *medium*-representação que o banner constitui. Tomemos os relatos apresentados no objeto que estamos a analisar.

**NIRVANA EVANGELISTA CRUZ:** Foi morta com 03 tiros pelo ex-namorado no dia 05/07/07. Já havia Boletins de Ocorrências contra ele. Após alguns dias o assassino foi preso. A pena foi de 22 anos, mas ficará no máximo 8 anos e 6 meses no fechado.

[...]

**BRUNA LEITE SENA:** Atraída pela internet pelo seu assassino, foi torturada, asfixiada e estuprada no dia 17/09/05. Teve seu corpo jogado num container de lixo. O assassino está preso. Ainda não houve julgamento.

**LILIAN OBALSKI:** Foi morta com golpes de canivete no pescoço pelo ex-namorado no dia 09/01/08. O assassino está preso. A pena foi de 18 anos, mas deve ficar somente 7 anos no fechado. Lilian deixou duas filhas.

[...]

**SHIRLENE SUELEN SANTOS ALVES:** Assassinada pelo ex-companheiro, com quem tinha uma filha. A vítima foi atingida por 03 tiros no dia 31/10/09. O julgamento já aconteceu e a pena foi de

apenas 11 anos e 8 meses. O réu ficará menos de 2 anos no regime fechado.

**ITAÍZE SANTOS DA SILVA:** Assassinada pelo próprio padrasto, a golpes de pá. Que também ocultou seu cadáver no chão da própria casa por 1 anos e 5 meses. Foi julgado e condenado há [sic] 18 anos e 08 meses, não está preso, pois teve Habeas Corpus concedido.

[...]

**NÚBIA TOUTENGE CONTE:** Foi morta pelo ex-marido em 05/12/05, com quem tinha 1 casal de filhos. Apanhava desde a lua-de-mel, fez várias denúncias a polícia, que não apuradas. A pena foi de 27 anos, mas o assassino suicidou-se 20 dias após o julgamento.

[...]

**BIANCA LORRANE e ADRIELE B. DE SOUSA:** Foram estupradas e espancadas até a morte no dia 11/02/06, por 4 homens. Sendo que 3 foram presos, julgados e condenados. Mas um deles, foragido da justiça, pois foi beneficiado com sistema semi-aberto. E há um réu que até hoje não foi capturado. (MOVIDA, 2010).

É importante destacar também a dimensão de uma visualidade do banner, que adere à sua completude narrativa. O banner ao lado da descrição dos casos, apresenta também as fotografias das pessoas vitimadas, contribuindo para um processo de conferência de identidade aos relatos (Figura 2). Por meio das imagens em vida, dá-se ênfase à perda pela vitimização, na qual “um novo modo de reconhecer o parecido, de ver a dor do outro que é similar à minha, faz parte desse novo estado cujos arranjos grupais, práticas e narrativas medeiam a relação entre sujeitos diferenciados dentro da sociedade” (FERREIRA JUNIOR; COSTA, 2016, p. 1).

Figura 2 – Detalhe de Banner Movida com o registro de Bianca e Adriele



Fonte: MOVIDA, 2010

Assim, se voltamos aos relatos, deparamo-nos com descrições curtas, sintéticas, que podem parecer não dizer muito, mas que na verdade, pela constituição narrativa, oferecem uma visada ao fato de tal violência ter-se tornado típica. A própria possibilidade do arranjo de todas essas ocorrências em relatos estruturados de maneira similar ocorre porque, na vida social, a violência contra a mulher é justificada, explicada

e reproduzida por moralizações e agressões que se dão sobre o mesmo substrato simbólico; substrato que condiciona e anima a ação nesse âmbito. Vemos, por exemplo, a violência no âmbito privado, doméstico, as violências da masculinidade predatória, que condicionam a violência sexual e o feminicídio.

Pela possibilidade de uma leitura como essa, Motta nos lembra que “para compreender as coisas que se mostram precisamos [...] buscar o sentido dos fenômenos. O que interessa não é o fato em si, mas o sentido do fato” (MOTTA, 2013 p. 125). A nossa ida ao substrato simbólico tem a ver com pensar o que forja a narrativa, pois, se pensamos com Queré (2005), que os acontecimentos têm uma dimensão de concretude e de sentido, a violência que causa os feminicídios, uma vez condicionada por um conjunto de valores, faz com que o Movimento narre o acontecimento, produzindo uma narrativa que aponta de volta para o acontecimento violento e para o quadro de crenças e valores que levou à sua ocorrência. É um complexo de relações que emerge do violento, para, entre afetos e experiências, dar sentido a ele e para desestabilizar o que normaliza o feminicídio no tecido social

Desse modo, podemos apontar como uma das chaves para prosseguir na leitura das narrativas o conceito de “metanarrativa”, apresentado por Motta (2013), que constitui o pano de fundo social e cultural no qual essas narrativas se inserem e que a elas confere inteligibilidade ou mesmo legitimidade. Esse substrato, enfim, que se caracteriza como o plano da metanarrativa, aquilo anterior à narrativa. É da ordem do mito, da ideologia e da cultura; é ela que justifica o próprio sentido projetado e perseguido na tessitura dramática da intriga narrativa. São o subjacente ao discurso narrativo.

Na leitura das narrativas, elas como que afloram e dão a ver o que a narrativa culturalmente significa, do ponto de vista dos referenciais que ela invoca, os conhecimentos que convoca para as compreender e como os valora na sua tessitura e além dela. Quaisquer narrativas possuem esse pano de fundo, e tal dimensão convoca a uma mirada interpretativa, justamente uma fusão de horizontes das “expectativas do texto com do mundo da vida” (MOTTA, 2013, p. 207).

Podemos, juntamente com Thompson (2011), por exemplo, destacar as assimetrias de poder em uma sociedade falocêntrica, ou seja, baseadas na superioridade masculina, que possuem repercussões no tecido social e na perpetuação de ideologias, que estão na ordem da estrutura social. Isso nos permite compreender esses processos de

desequilíbrio nas relações de poder entre homens e mulheres, que se sedimentam em determinado contexto social e histórico e influem fortemente nos processos de dominação e de violência. É o próprio Thompson quem nos diz que

Analisar a estrutura social é identificar as assimetrias, as diferenças e as divisões. É determinar que assimetrias são sistemáticas e relativamente estáveis – isto é, quais delas são manifestações não apenas de diferenças individuais, mas diferenças coletivas e duráveis em termos de distribuição e acesso a recursos, poder, oportunidades e possibilidade de realização. Analisar a estrutura social envolve tentativas de estabelecer critérios, categorias e princípios que subjazem a essas diferenças e garantem seu caráter sistemático e durável (THOMPSON, 2011, p. 367).

Constatamos, assim, na emergência da metanarrativa dos relatos do Movidá e como consequências dessas dimensões de estrutura social, duas ordens de violência sofridas, mas com implicações diretas, pois uma acaba sendo inter-relacionadas e condição uma da outra: uma da ordem do físico, pois se dão nesse exercício do poder, que redundam em todo tipo de agressões; a segunda é a ordem da violência simbólica, em relação à qual Bourdieu (2003, p. 102) afirma ser justificada pela “heterossexualidade construída socialmente e socialmente constituída como padrão universal de toda prática sexual ‘normal’, isto é, distanciada da ignomínia da ‘contra a natureza’”. Essa violência, portanto, é uma violência simbólica instituída socialmente, como formas de coerção que se baseiam entre as estruturas objetivas e as estruturas mentais. Ou seja, “é uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita daqueles que a sofrem e também, frequentemente, daqueles que a exercem na medida em que uns e outros são inconscientes de a exercer ou a sofrer” (BOURDIEU, 1997, p. 16).

Em uma perspectiva diferenciada, podemos pensar com Saffioti, que fala desse domínio de violência contra a mulher como gerado na estrutura do patriarcado, que estabelece os desequilíbrios entre homens e mulheres em processos de agência e de assunção do poder, sendo um sistema que reproduz a si mesmo. Sendo o patriarcado “o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens” (2004, p. 44), que pode ser sintetizado nos seguintes aspectos.

1 – não se trata de uma relação privada, mas civil; 2 – dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrição. [...] 3 – configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade; 4 – tem uma base material; 5 – corporifica-se; 6 – representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência (SAFFIOTI, 2004, p. 57-58).

Esse âmbito das relações se estrutura nas esferas do simbólico e da vida cotidiana, que não estão separados. Os relatos do Movida estabelecem essa reaproximação das duas dimensões, comumente dissociadas na vida social. As narrativas, ao fazerem referência aos agentes masculinos (sobretudo, ex-companheiros, namorados, maridos, etc.) e à brutalidade das ocorrências de feminicídio, envolvendo estupro, facadas e toda a sorte de forma de matar, apontam para a repetição esquemática, que é também sistemática dessa violência, ao mesmo tempo em que denunciam ou tornam visível o “continuum de terror” (FERNÁNDEZ, 2013, p. 191) que emerge da experiência de ser mulher na sociedade patriarcal, já que a violência do feminicídio “produz e reproduz um sistema de atitudes, ideias, valores, práticas, papéis e posições construídos socialmente, diferenciados segundo o gênero, que derivam da dominação, submissão e desigualdade entre homens e mulheres” (FERNÁNDEZ, 2013, p. 191).

Portanto, aquilo que o Movimento arranja nos relatos, o que tece no banner e visibiliza na sua ação simbólica e política, é também a violência e a virulência de uma violência que subjuga a mulher e, em diversos graus, pode ser compartilhada pela sua vivência difusa. O feminicídio emerge como o extremo de uma violência que se imiscui no cotidiano, na progressão de agressões ou na vulnerabilidade da mulher pelo seu estatuto nas assimetrias de poder. O destaque que o Movida dá à essa modalidade de violência contra a mulher não é gratuita, mas eloquente sobre a condição em que a mulher possui na sociedade brasileira. Se a mediação do banner alinhava algum conhecimento da vida social, ela expõe pela face de uma violência autorreprodutiva a tensão que essas assunções de papéis e dominação-exploração carregam.

### **Considerações finais**

Em 2015 a presidente Dilma Rousseff alterou o artigo 121 do decreto de lei nº2.848, de 7 de dezembro de 1940 do Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos (BRASIL, 2015). Dois anos se passaram e estudos que já aconteciam neste âmbito se intensificaram e começaram a construir novas narrativas a partir dos conceitos já trabalhados anteriormente e que diziam respeito a violência contra mulher, violência doméstica, violência de gênero.

Ao empreender uma análise minuciosa do banner do Movida, aos poucos, fomos observando o que estava se desenhando. A maior parte das mulheres assassinadas e expostas naquele banner de 2010 foram mortas pelo mesmo motivo, por serem mulheres. Seja por estupro, por vingança, por ciúmes, os oito casos que se apresentaram foram homens, que em seu local de poder, usaram da força e assassinaram essas mulheres. Enquanto que os homicídios que levaram a morte de pessoas do sexo masculino estavam ligados aos mais diversos tipos de crime, como assalto, acerto de contas, bala perdida, acidente de trânsito, sendo poucas as vezes que um mesmo crime se repetia quando se tratava da morte de homens.

O Instituto Patrícia Galvão fala sobre mortes evitáveis e diz que “conhecer a real dimensão dos feminicídios ocorridos no país e desnaturalizar práticas enraizadas nas relações pessoais e nas instituições, que contribuem para a perpetuação de mortes anunciadas é uma tarefa urgente”. (PRADO, 2017, p.55). Consideramos com base nesta afirmação a relevância do estudo destas narrativas. Os integrantes do movimento se questionam em suas reuniões por que as pessoas morrem, por que estes crimes acontecem; mas devemos também nos perguntar, e levando em consideração a forte representação destes dados, por que as mulheres morrem? Como elas morrem? O Instituto ainda ressalta a importância de

diferenciar os assassinatos de mulheres do conjunto de homicídios que ocorrem no país, tirando esse tipo de crime da invisibilidade. Assim, é possível enfatizar as características associadas às razões ligadas às desigualdades para transformá-las e, ao mesmo tempo, para conhecer melhor a dimensão do problema e os contextos em que as mulheres morrem. (PRADO, 2017, p.56).

Esta pesquisa destaca ainda o forte protagonismo das mulheres dentro do processo de organização social em que o Movida se encontra. Mães, esposas ou outras figuras femininas tomam a frente deste movimento na busca por direitos e respostas aos múltiplos casos ocorridos e retratados no banner, o que evidencia outra questão de gênero, além do feminicídio, destacado nessa pesquisa.

Esse protagonismo feminino também pode ser entendido como um quesito a mais na construção de uma narrativa contrária a perspectiva de dominação masculina, gerado na estrutura do patriarcado, no qual a violência também está inserida, como destacado por Saffioti mais acima. Enquanto os casos de feminicídio retratam de forma extrema a dominação e a exploração do homem pela mulher, movimentos sociais, como

o Movida, apontam as mulheres como lideranças decisivas na busca pela justiça, direitos e reparos sociais seja nos casos de feminicídio ou nos casos de violência de maneira geral.

### Referências bibliográficas

BECKER, H. S. **Falando da sociedade**: ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRASIL. Lei nº13.104, de 09 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei no 2.848 [...] para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. **Casa Civil da Presidência da República**. Brasília: 2015. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm)>. Acesso em: 9 mar. 2016.

ESCOSTEGUY, A. C. D. **Comunicação e gênero**: a aventura da pesquisa. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

FERNÁNDEZ, A. M. Feminicidios: la ferocidad del patriarcado. In: FERNÁNDEZ, A. M.; PERES, W. S. (Org.). **La diferencia desquiciada**. Buenos Aires: Biblos, 2013. p. 171-194

FERREIRA JUNIOR, S. E. S.; COSTA, A. C. Narrativas de violência e vitimização: cartografia interpretativa de um fenômeno midiático de mobilização social. In: ENCONTRO DE ANTROPOLOGIA VISUAL DA AMÉRICA AMAZÔNICA, 2., Belém. **Anais...** Belém: Visagem, 2016. p. 1-20.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. Feminicídio. **Instituto Patrícia Galvão**. 2015. Disponível em:<<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/violencias/feminicidio/#feminicio-c2%addio-o-que-e>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

MESQUITA, A. P.; FERREIRA JUNIOR, S. E. S. O feminicídio narrado: cartografia da violência contra gênero nos relatos do Movimento pela Vida. In: ENCONTRO DE ANTROPOLOGIA VISUAL DA AMÉRICA AMAZÔNICA, 2., Belém. **Anais...** Belém: Visagem, 2016. p. 1-17.

MOTTA, L. G. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Universidade de Brasília, 2013.

QUÉRÉ, Louis. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. **Trajectos**, Lisboa, n. 6, p. 59-75, primavera. 2005.

PRADO, Débora. **Feminicídio: invisibilidade mata**. Ed. Fundação Rosa Luxemburgo, Instituto Patrícia Galvão – São Paulo, 2017.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

VERÓN, E. Teoria da midiáticação: uma perspectiva semioantropológica e algumas de suas consequências. **MATRIZES**, São Paulo, 8, n. 1, jan./jun. 2014. 13-19.

WIEVIORKA, M. **Em que mundo viveremos?** São Paulo: Perspectiva, 2006.

\_\_\_\_\_. An end to violence. In: HEITMEYER, W. et al. (Org.). **Control of violence**: historical and international perspectives on violence in modern societies. New York: Springer, 2011. p. 47-63.